

Parecer Técnico Conclusivo nº 04/2014/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Revisão da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009, que define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

1. Histórico

1.1. A proposta de Revisão da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009, foi originada após o processo de renovação dos membros do CNRH, regida pelo Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União no dia 13 de janeiro de 2012 pelo Ministério do Meio Ambiente. Tal processo foi concluído com a posse dos novos Conselheiros durante a 27ª Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 10 de julho de 2012.

1.2. Durante o processo, houve dificuldades da Secretaria Executiva para a aplicação da Resolução CNRH nº 100/2009, motivando algumas consultas à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente – CONJUR/MMA para obtenção de esclarecimentos quanto ao entendimento dos artigos 4º e 5º, descritos abaixo, relativa ao grau de definição e subjetividade dos termos “de âmbito e atuação nacional ou regional” e “expressão nacional ou regional”, visando à análise clara e conclusiva dos documentos encaminhados à Secretaria Executiva.

“Art. 4º Apenas poderão ser habilitados como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, tais como associações, instituições, federações e confederações, devendo a representação ser exercida por meio de indicação de seu representante legal”

Art. 5º [...]

§ 1º A representação do segmento Organizações Cíveis dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional.” (grifo nosso)

1.3. Portanto, desconhecia-se qual seria a amplitude do limite de atuação regional, uma vez que poderia ser uma bacia hidrográfica cujo território abrangesse mais de uma Unidade da Federação, ser baseada na Divisão Hidrográfica Nacional, nas regiões políticas do país, ou ainda, na delimitação da Constituição Federal para a qual o limite de mais de um município já é considerado regional.

1.4. Em 23 de março de 2012, a CONJUR/MMA se manifestou através da Nota Nº 97/2012/CONJUR/MMA/CGU/AGU/csb, respondendo aos questionamentos da

Secretaria Executiva sobre os dispositivos da Resolução CNRH nº 100/2009, sugerindo entre outros aspectos:

“b) Que o setor competente providencie para que se realizem estudos voltados para a revisão da destacada Resolução CNRH nº 100/2009, especialmente no tocante aos seus art. 4º e 5º pertinente à deliberação da legitimidade dos interessados a terem assento no CNRH.” (grifo nosso)

1.5. Em 17 de abril de 2012, a Secretaria Executiva do CNRH recebeu o Mandado de Intimação da 13ª Vara Federal de Intimação, Seção Judiciária do Distrito Federal, relativo ao Processo Nº 13477/61/2010.4.01.3400, Classe: 7100 – Ação Civil Pública, de autoria do Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC, tendo como réu a União Federal e outro, com a seguinte decisão:

“...DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, reconsiderando a decisão de folhas 59/62, para determinar que a União (Ministério do Meio Ambiente - MMA) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH se abstenham de exigir a comprovação do âmbito de atuação regional ou nacional, prevista no § 1º do art. 5º da Resolução Nº 100/09 do CNRH, para fins de participação naquele Conselho.

Intime-se, por mandado, para cumprimento imediato da presente decisão.”

1.6. O Ofício nº 137/2012/CNRH/SRHU/MMA, de 14 de agosto de 2012, encaminhou o assunto à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a qual incluiu o assunto nas Pautas da 127ª, 128ª, 130ª, 131ª e 132ª Reuniões, incluindo proposição de modificações do texto da Resolução elaborada pela Secretaria Executiva.

2. Análise

2.1. Durante a 132ª Reunião da CTIL, a revisão da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009, iniciou com a análise do § 1º do art. 5º, que foi foco da decisão judicial, sendo decidida por unanimidade a retirada de todo o § 1º, assim como a transformação do § 2º em parágrafo único. Após, passou-se para a análise do art. 4º, sendo retirado, inicialmente, apenas o trecho “*âmbito de atuação nacional ou regional*”.

2.2. Foi sugerido que os membros analisassem toda a resolução, avaliando possíveis incompatibilidades das alterações devidas à decisão judicial com os demais artigos e, também, realizar outras possíveis alterações visando ao melhoramento dos procedimentos de indicação dos representantes dos diversos segmentos para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pela decisão da maioria dos membros presentes, deu-se início à análise dos considerandos, incluindo a decisão judicial. Após, foram feitas as alterações nos demais artigos, considerando ainda a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Decreto que regulamentou o CNRH.

2.3. Houve votação para a retirada ou permanência do termo “pessoas físicas” no art. 4º, sendo decidido por 8 (oito) votos a favor e 4 (quatro) contra, pela sua retirada. Para o mesmo artigo, houve outra votação para a retirada do trecho que descrevia as



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

entidades passíveis de representação no Conselho, sendo aprovada a supressão por 7 (sete) votos a favor e 2 (dois) contra, com a abstenção dos demais presentes.

2.4. Para os demais artigos, foram feitas modificações ao texto, visando sua adequação às alterações anteriores e ainda ao aprimoramento do processo administrativo, a fim de desburocratizar a apresentação de documentos pelas entidades concorrentes.

3. Conclusão

3.1. Ao final da Revisão da Resolução CNRH nº 100/2009, esta Câmara recomenda a sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer

Em, 04 de setembro de 2014

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

Presidente da CTIL